

A.I. Nº	- 281392.0016/15-8
AUTUADA	- VANESSA DE CARVALHO ALVES
AUTUANTE	- PAULO CANCIO DE SOUZA
ORIGEM	- INFRAZ ATACADO
PUBLICAÇÃO	- INTERNET 17.02.2017

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0004-01/17

EMENTA: ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO NA DOAÇÃO DE CRÉDITOS. Lançamento tributário baseado em declaração de imposto de renda prestada pela autuada. Alegações da autuada desprovidas de comprovação. Inadmissível retificação de declaração após o lançamento tributário visando reduzir ou excluir tributo, nos termos do § 1º do art. 147 do CTN. Auto de infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O auto de infração em lide, lavrado em 26/02/2015, formaliza a exigência de ITD no valor total de R\$ 46.348,26, em decorrência da falta de recolhimento do imposto pela autuada (código infração 41.01.01), incidente sobre a doação de R\$ 2.317.413,00 efetuada por José Orlando Amaral Alves, no mês de novembro de 2010, acrescido de multa de 60%, prevista no inciso II do art. 13 da Lei nº 4.826/89.

A autuada, por meio de seu advogado, apresentou defesa das fls. 12 a 20, alegando que não compareceu à SEFAZ porque não recebeu qualquer intimação, embora exista aviso de recebimento dos Correios atestando a entrega.

Considera o lançamento nulo de pleno direito por não haver detalhamento pormenorizado da transferência patrimonial. Entende que o fato gerador não foi comprovado pela fiscalização. Não houve investigação da efetiva transferência patrimonial.

Alega que a tabela extraída da declaração de imposto de renda com a informação da doação não é prova de que ela tenha ocorrido de fato, já que o fisco não fez qualquer investigação para confirmar a doação, não tendo comprovação da ocorrência material da infração.

Requer a nulidade do auto, pois, conforme disposto no inciso III do art. 39 do RPAF, a descrição dos fatos considerados como infração à legislação tributária não está apresentada de forma clara, precisa e sucinta. O auto se baseia apenas em declaração unilateral elaborada por um sujeito passivo para outro ente tributário e com outra finalidade. Entende que falta legitimidade para constituir o crédito, pois o lançamento fiscal está desprovido de documento hábil comprobatório do fato gerador.

Alega que o documento acostado ao processo não é oficial. Não tem informação da sua origem nem referência a processo administrativo que acoberte a coleta das informações. Afirma que a declaração de ajuste anual do imposto de renda não basta para configurar a pretendida incidência do ITD.

O autuante, em contrapartida, alega às fls. 30 e 31 que o documento acostado ao auto refere-se a informações oriundas de convênio de cooperação técnica firmado com a Receita Federal. Que o autuado não atendeu às intimações e por isso o auto foi lavrado à revelia. Quanto à caracterização do fato gerador do ITD, diz que o campo de "Transferências Patrimoniais" da declaração do imposto de renda comporta apenas itens que constituem fato gerador do ITD.

A 5ª Junta de Julgamento Fiscal deliberou, dia 24 de setembro de 2015 pela conversão dos autos em diligência à SAT/DARC para anexar aos autos (fl. 37):

1 - cópia do convênio celebrado entre a SEFAZ e a receita Federal para troca de informações fiscais;

2 - cópia do ofício de encaminhamento por parte da receita Federal das informações fiscais requeridas pela SEFAZ;

3 - cópia de documento que ateste a declaração de imposto de renda da autuada, com identificação do órgão emissor.

A DARC encaminhou os documentos acostados das fls. 41 a 46, em cumprimento à referida diligência, mas o processo não foi encaminhado para manifestação do autuado e do autuante. Em razão disso, nova diligência foi deliberada pela 1ª Junta de Julgamento Fiscal para que o autuado tomasse conhecimento dos novos documentos acostados ao processo e para manifestação do autuante (fl. 47).

O autuante voltou a prestar informação à fl. 52 anexando cópias dos documentos já apresentados aos autos pela SAT/DARC das fls. 41 a 45 (frente e verso), em cumprimento à diligência à fl. 37. Fez referência, ainda, ao espelho da receita Federal que traz as informações da declaração do imposto de renda do autuado, constante à fl. 04, mencionando nova inclusão à fl. 52 [sic].

Em decorrência da falta de intimação do autuado para tomar conhecimento dos documentos anexados aos autos das fls. 41 a 46, a 2ª JFJ deliberou pela conversão do processo em nova diligência (fl. 64).

A autuada apresentou manifestação das fls. 74 a 81. Reiterou que o auto de infração não apresentou qualquer detalhamento da transferência patrimonial que constituiria o fato gerador da exação, resultando em um lançamento fiscal nulo de pleno direito. Destaca que não foi anexado comprovante de transferência bancária nem foi realizada qualquer investigação pra confirmar a referida transferência.

Diz que a transferência citada na declaração de imposto de renda “*provavelmente*” se refere à cessão de cotas da pessoa jurídica Jova Consultoria Técnica Ltda, realizada pelo Sr. José Orlando Amaral Alves em 01/09/2005, conforme alteração contratual anexa das fls. 83 a 89, registrada no 2º Registro Civil das pessoas Jurídicas em 21/05/2008. Afirma que o autuado, equivocadamente, somente declarou esta cessão na declaração de 2010, cinco anos após a sua efetivação.

Assim, como o fato gerador ocorreu em 2005, entende que o crédito tributário reclamado foi acometido pelo instituto da decadência tributária, nos termos do § 4º do art. 150 do CTN, já que a lavratura do auto de infração ocorreu apenas em 26/02/2015. Acrescenta que a decadência se configuraria ainda que o momento da configuração do crédito material da regra matriz de incidência do ITD fosse o do registro da alteração contratual, pois este foi realizado em 21/05/2008.

Por fim, reitera o pedido de nulidade do auto de infração em razão da inexistência de elementos necessários para a identificação da operação e da ausência de prova material do fato gerador. Alternativamente, requer, “...na hipótese de o fato gerador do tributo ora cobrado corresponder à cessão de cotas da pessoa jurídica Jova Consultoria Técnica Ltda, ocorrida em setembro de 2005...”, conforme texto transcrito de sua manifestação, o reconhecimento da ocorrência da decadência tributária.

O autuante prestou nova informação fiscal à fl. 94, afirmando que:

1 – a informação prestada à Receita Federal é de responsabilidade do contribuinte, cabendo ao mesmo prova do contrário;

2 – o valor das cotas doadas é o mesmo valor declarado no IR da autuada e do doador no ano calendário de 2010;

3 – a doação de 2010 pode ser a mesma de 2005 ou não e que o mesmo valor não garante que se trate da mesma operação, sendo insuficiente afirmar que houve um erro pois é preciso esclarecer as circunstâncias em torno do erro.

VOTO

Rejeito o requerimento de nulidade do auto de infração apresentado pela defesa sob o argumento de que a descrição dos fatos considerados como infração à legislação tributária não foi apresentada de forma clara, precisa e sucinta. Na descrição dos fatos consta que o auto de infração se baseia em informação prestada por contribuinte em declaração do imposto de renda acerca de doação no valor de R\$2.317.413,00. Constatei, ainda, que foram observados todos os demais requisitos que compõe o auto de infração, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

Rejeito também o pedido de nulidade sob a alegação que não houve investigação pelo fisco da efetiva transferência patrimonial e que o documento utilizado como prova não tem qualquer indicação de sua procedência nem referência a processo administrativo que acoberte a coleta das informações.

Os dados constantes no documento à fl. 4, reformatado à fl. 46, foram fornecidos oficialmente pela Receita Federal, dentro dos termos constantes de Convênio celebrado com a SEFAZ para troca de informações fiscais, conforme documento das fls. 42 a 45 (frente e verso). Tal procedimento encontra previsão no art. 199 do Código Tributário Nacional, o qual permite a troca de informações entre a Fazenda Pública da União e a dos fiscos das unidades federadas, mas traz a obrigação de que essas trocas de informações sejam estabelecidas em lei ou convênio.

No documento acostado à fl. 46, a Receita Federal atesta que tanto o doador quanto o donatário, beneficiário da operação, informaram em suas declarações referentes ao exercício de 2010 a transferência do valor de R\$ 2.317.413,00.

A autuada se defende alegando que o fisco não tem provas da transferência patrimonial, que não apresentou comprovantes de transferências bancárias e não realizou qualquer investigação para elucidação dos fatos. Entretanto, de acordo com o caput do art. 147 do CTN, a constituição de crédito tributário pode se dar com base na declaração do sujeito passivo, quando, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

A autuada tenta se apoiar em alegada falta de documentos que comprovem a ocorrência material da infração, considerando o documento à fl. 4 como não oficial. Como se o Estado da Bahia estivesse forjando informação obtida junto à Receita Federal para apresentar reclamações de crédito tributário falsas.

Posteriormente, reconhece a veracidade das informações indicadas no documento à fl. 04, reformatado à fl. 46, e sugere a possibilidade de se tratar de uma doação efetivamente ocorrida em 2005, por ocasião de uma alteração contratual que atribuiu à autuada a condição de sócia. A referida importância, coincidente com a base de cálculo do presente auto de infração, teria sido destinada para aporte na sociedade recém alterada.

Contudo, a coincidência dos valores não implica em prova de se tratar de declaração referente a operação ocorrida cinco anos antes. Aliás, se a intenção fosse declarar uma doação ocorrida em ano calendário anterior, o procedimento correto seria o da realização de uma retificação da declaração do respectivo ano.

Por não ficar comprovado que a presente exigência fiscal se refere a doação ocorrida em 2005, fica afastada a discussão acerca da decadência do direito da Fazenda Pública de exigir o presente

crédito tributário, pois foi pautada em declaração prestada pela autuada no ano de 2011, referente ao ano calendário de 2010, tendo a notificação do presente lançamento ocorrido em 30/04/2015.

O presente lançamento está baseado na declaração prestada pela autuada onde consta todas as informações necessárias para a promoção do lançamento tributário. Assim, considerando que o ITD é um imposto cujo lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo prestada ao fisco e considerando que após a notificação do lançamento tributário não é admissível a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, conforme estabelecido no § 1º do art. 147 do CTN. Voto pela **PROCEDÊNCIA** do auto de infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar pela **PROCEDÊNCIA** do Auto de Infração nº **281392.0016/15-8**, lavrado contra **VANESSA DE CARVALHO ALVES**, devendo ser intimada a autuada para efetuar o pagamento do imposto no valor de R\$46.348,26, acrescido da multa de 60%, prevista no inciso II do art. 13 da Lei nº 4.826/89, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de janeiro de 2017.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – RELATOR

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO – JULGADOR